

Anexo IV **Metas Fiscais**

IV.4. Evolução do Patrimônio Líquido

(Art. 4º, § 2º, inciso III, da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000)

O Patrimônio Líquido – PL reflete, em termos monetários, a situação patrimonial líquida da União, ou seja, representa a diferença entre o “Ativo Real” e o “Passivo Real”. Integram o patrimônio líquido: patrimônio/capital social, reservas, resultados acumulados e outros desdobramentos do saldo patrimonial. Conforme 6ª Edição do Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público (MCASP), as contas que compõem o PL são as seguintes:

- a) Patrimônio/Capital Social: Compreende o patrimônio social das autarquias, fundações e fundos e o capital social das demais entidades da administração indireta.
- b) Reservas: Compreende os valores acrescidos ao patrimônio que não transitaram pelo resultado, as reservas constituídas com parcelas do lucro líquido das entidades para finalidades específicas e as demais reservas, inclusive aquelas que terão seus saldos realizados por terem sido extintas pela legislação.
- c) Resultados Acumulados: Compreende o saldo remanescente dos lucros ou prejuízos líquidos das empresas e os superávits ou déficits acumulados da administração direta, autarquias, fundações e fundos. A conta Ajustes de Exercícios Anteriores, que registra os efeitos da mudança de critério contábil ou da retificação de erro imputável a exercício anterior que não possam ser atribuídos a fatos subsequentes, integra a conta Resultados Acumulados.

O Patrimônio Líquido da União vem apresentando redução ao longo dos três exercícios em análise, 2014, 2015 e 2016, em razão de mudanças de metodologia e aplicação do Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP) pela primeira vez, fundamentalmente. Quando comparados os exercícios de 2014 e 2015, a redução do PL foi de, aproximadamente, 1.297,3%. E quando comparados os exercícios de 2015 e 2016, a redução foi de 42,4%, aproximadamente, como mostra a Tabela 1.

Tabela 1 - Evolução do Patrimônio Líquido 2016

Anexo de Metas Fiscais – Demonstrativo 4 (LRF, art. 4º, § 2º, inciso III)

R\$ 1,00

PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2016	%	2015	%	2014	%
Patrimônio/Capital	20.966.269.713,57	-1,0	41.918.893.770,54	-3,0	20.519.486.344,38	17,4
Reservas	7.384.140.791,82	-0,4	7.300.831.278,30	-0,5	2.402.666.710,94	2,0
Resultado Acumulado	- 2.041.627.235.060,69	101,4	- 1.463.148.321.806,08	103,5	95.173.756.767,46	80,6
Total	- 2.013.276.824.555,30	100,0	- 1.413.928.596.757,24	100,0	118.095.909.822,78	100,0

FONTE: Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal – SIAFI, Coordenação de Contabilidade da União/Secretaria do Tesouro Nacional/Ministério da Fazenda, 15/03/2017 às 10:00.

No exercício de 2015, as principais movimentações que afetaram o PL foram:

- a) Desreconhecimento dos créditos tributários com exigibilidade suspensa sob a supervisão da Receita Federal do Brasil, em cerca de R\$ 1 trilhão (redução do PL);
- b) Mudança da metodologia para o cálculo do ajuste para perdas referente aos créditos tributários de curto prazo, R\$ 148,7 bilhões, aproximadamente (redução do PL);
- c) Reconhecimento do ajuste para perdas dos créditos a receber de Estados e Municípios relacionados à Lei Complementar nº 148, de 25 de novembro de 2014, em cerca de 60,3 bilhões (redução do PL);
- d) Baixa do ajuste para perdas relativas a empréstimos e financiamentos, em cerca de R\$ 33,9 bilhões (aumento de PL);
- e) Reclassificação do Adiantamento para Futuro Aumento de Capital (AFAC) do PL para o Passivo Não Circulante, em R\$ 1,8 bilhão, aproximadamente (redução do PL);
- f) Aumento das provisões a curto e longo prazo, com causas diversas (repartição tributária, oriundos da Lei Complementar nº 148, de 2014, ações judiciais com probabilidade de perda), no montante de, aproximadamente, R\$ 75,5 bilhões (redução do PL);

- g) Reconhecimento de obrigação da União em repassar ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviços (FGTS) R\$ 10,7 bilhões (redução do PL);
- h) Apuração do resultado patrimonial do exercício, de cerca de R\$ 245,2 bilhões negativos (redução do PL).

Ainda em relação às movimentações ocorridas no PL no exercício de 2015, destaca-se que, ao final do exercício de 2014, ocorreu a adoção do Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP) pela primeira vez na União e em suas entidades. Todavia, somente no exercício de 2015 todas as operações econômico-financeiras que impactaram o patrimônio da União foram registradas com o uso do respectivo plano de contas. Tal fato é de grande relevância para a análise da evolução do PL e das mutações relativas ao exercício de 2015.

Além das mudanças quantitativas, como a reclassificação do AFAC (anteriormente descrita), houve no exercício de 2015 algumas mudanças qualitativas na composição do PL. A principal mudança se refere à reclassificação de cerca de R\$ 105,1 bilhões, que compunham o grupo Patrimônio/Capital no exercício de 2014, e passaram a compor o grupo Resultados Acumulados, no exercício de 2015, de acordo com o descrito no Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público, 6ª edição.

No exercício de 2016, a variação total do PL representou redução de aproximadamente R\$ 599 bilhões. As principais movimentações que afetaram o PL foram:

- a) Apuração do resultado patrimonial do exercício, cerca de R\$ 549 bilhões negativos (redução do PL);
- b) Ajuste para acerto contábil do FCVS (Fundo de Compensação das Variações Salariais) em ajustes de exercícios anteriores em cerca de R\$ 5,28 bilhões, para compatibilização com o balanço SICOV referência dez/2015 (redução do PL);
- c) Ajuste de R\$ 4,11 bilhões da equivalência patrimonial da participação acionária da União no Banco do Brasil (Posição de 30/09/2015), considerando o demonstrativo contábil detalhado do Patrimônio Líquido, excluindo-se o instrumento elegível ao capital principal (redução PL);
- d) Ajuste de empréstimos e financiamentos a receber de longo prazo relativo aos contratos junto ao Banco do Brasil - PESBB001 (R\$ 3,12 bilhões) e P PO71M 001 (R\$ 1,067 bilhão), (aumento PL);

- e) Ajustes de exercícios anteriores do Fundo de Desenvolvimento da Amazônia – FDA, em cerca de R\$ 4,24 bilhões, impactado principalmente por cancelamento de documentos registrados a maior, cerca de R\$ 3,61 bilhões, e amortização de projetos, aproximadamente R\$ 599 milhões (redução PL);
- f) Ajustes de regularização de transferências voluntárias no Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE, em cerca de R\$ 3,19 bilhões (redução PL);
- g) Ajustes de exercícios anteriores de aproximadamente R\$ 2 bilhões na Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS, relativo à provisão conforme a Portaria Conjunta PGF/STN nº 8/2015 e Ofício nº 28/2016/DEPCONT/PGF/AGU.